



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO (PR)

1ª FASE – MOBILIZAÇÃO - AGOSTO E SETEMBRO DE 2021

Equipe FAU Unicentro Paraná

Setembro 2021

PRODUTO 01: RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA 1ª FASE

APRESENTAÇÃO

O presente documento técnico compõe o PRODUTO 01 - PLANO DE TRABALHO, produzido na 1ª FASE - Mobilização, que prevê o planejamento da Revisão do Plano Diretor do Município de Campo Magro - Paraná - Brasil, decorrente do Contrato de Prestação de Serviços Nº 32/2021, celebrado no dia 03 de agosto 2021 entre o Município de CAMPO MAGRO e a Equipe Técnica da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UNICENTRO (FAU).

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO - PARANÁ

CLÁUDIO CESAR CASAGRANDE
PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO

OSMAR JOSÉ LEONARDI
VICE-PREFEITO MUNICIPAL

TATIANE ALMADA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – SEGEA

OSMAR JOSÉ LEONARDI
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO – SEPLAN

LEONARDO SANTANA
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA – SEFAZ

ROBERTO CASAGRANDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS – SEVOP

FERNANDO ARAÚJO DE CAMARGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E AMBIENTAL – SEDUA

ARI DECKER
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SESAU

MARIA VITÓRIA BARROS DUARTE CALEME
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SAS

LEANDRO RIBAS MACHADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO – SEAAB

GIOVANE DARIVA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TRABALHO – SEICT

GYDEON PEREIRA FRANÇA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO – PROGE

GIOVANA MION CASAGRANDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER – SEMEC

CLAUDIO CAMPOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO – SETUR

MARCELO SERRADO BRAGA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, PATRIMONIAL E TRÂNSITO – SESEP

PRODUTO 01: RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA 1ª FASE

ENOQUE SANTOS
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO – COGEM

**EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL - ETM / GRUPO DE
ACOMPANHAMENTO (GA)**

INSTITUÍDA PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 464/2021

Fernando Camargo de Araújo

Matrícula 2379

Mrcio Alves Moure

Matrícula 297

Edmilson Gabriel dos Reis Roncolato

Matrícula 2414

Elaine Manfron Vieira

Matrícula 1990

Sergio Luiz Cambri

Matrícula 2189

Gydeon Pereira França

Matrícula 2368

Altair dos Santos

Matrícula 2057

Agnaldo Aparecido Alves dos Santos

Matrícula 2426

EQUIPE TÉCNICA DA FAU UNICENTRO

CLEVERSON SALACHE

Administração

FABIO HORST

Estatística

JOSÉ LEÃO

Topografia

JOZÉLIA DE LIMA RIBAS

Engenharia Civil

LIRIO VIVAN JR

Engenharia Ambiental

MARCIO FERNANDES

Comunicação Social

PRINCIPAIS SIGLAS

ETM – Equipe Técnica Municipal

FAU – Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Unicentro

GA – Grupo de Acompanhamento

PDM – Plano Diretor Municipal

PMCM – Prefeitura Municipal de Campo Magro

UNICENTRO – Universidade Estadual do Centro-Oeste

PRODUTO 01: RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA 1ª FASE

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO
 2. PREMISSAS DO PLANO DIRETOR
 - 2.1 OBJETIVO GERAL
 - 2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS
 3. AGENTES DO PLANO DIRETOR
 4. PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES E METODOLOGIA
 - 4.1 FASE 1 – PLANO DE TRABALHO
 - 4.1.1 OBJETIVOS
 - 4.1.2 ATIVIDADES
 - 4.1.3 METODOLOGIA
 - 4.1.4 PRODUTO
 - 4.2 FASE 2 - PERFIL DO MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO-PR
 - 4.2.1 OBJETIVOS
 - 4.2.2 ATIVIDADES
 - 4.2.3 PRODUTOS
 - 4.3 FASE 3 - ANÁLISE TEMÁTICA
 - 4.3.1 OBJETIVOS
 - 4.3.2 ATIVIDADES
 - 4.3.3 METODOLOGIA
 - 4.3.4 PRODUTOS
 - 4.4 FASE 4 - DEFINIÇÃO DE DIRETRIZES E PROPOSTAS
 - 4.4.1 OBJETIVOS
 - 4.4.2 ATIVIDADES E METODOLOGIA
 - 4.4.3 PRODUTOS
 - 4.5 FASE 5 - ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETOS DE LEI
 - 4.5.1 OBJETIVOS
 - 4.5.2 ATIVIDADES E METODOLOGIA
 - 4.5.3 PRODUTOS
 - 4.6 PARTICIPAÇÃO
 - 4.6.1 AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
 - 4.6.2 REUNIÕES TÉCNICAS – ETM
 - 4.6.3 REUNIÕES REGIONALIZADAS CMC E COMUNIDADE
 5. EQUIPE TÉCNICA
 - ANEXO 01 – APRESENTAÇÃO
 - ANEXO 02 – FOTOS DA PRIMEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA
 - ANEXO 03 – MATERIAIS DE DIVULGAÇÃO
 - ANEXO 04 – LISTA DE PRESENÇA DA PRIMEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA
-

1. INTRODUÇÃO

A Nação brasileira reconhece o Município como uma entidade federativa. A competência para legislar é uma das bases da autonomia municipal, pois o Executivo edita leis que, no âmbito de sua competência, têm a mesma hierarquia das leis estaduais e federais, salvo no exercício da competência suplementar, quando as normas terão de se amoldar aos outros níveis de governo.

Conforme a Constituição Federal de 1988, a política de desenvolvimento urbano deve obedecer às diretrizes gerais fixadas pela União e pelo Estado, mas será executada pelos Municípios que têm autonomia para a gestão do uso e ocupação do solo urbano. Em dois artigos – 182 e 183 –, a Carta Magna delinea os princípios da política urbana e ainda obriga as cidades com mais de 20 mil habitantes a elaborarem um PDM - Plano Diretor Municipal.

Em 2001, finalmente, tivemos a aprovação do Estatuto da Cidade, na forma da lei 10.257, que, além de regulamentar os artigos 182 e 183 da Constituição, fixava o final de outubro de 2006 como último prazo para que os municípios se enquadrassem nas obrigações legais aprovando seus Planos Diretores. Campo Magro é um município que possui mais de 20 mil habitantes e faz parte de região metropolitana de Curitiba (RMC), está inserido em uma área de aspectos ambientais importantes como também possui um grande potencial hídrico e na Agricultura, sendo seu principal setor econômico a Agricultura Familiar. Estes aspectos, segundo o artigo 41 do Estatuto da Cidade, obrigariam o município a elaborar o seu PDM.

A grande mudança que traz o Estatuto é a possibilidade de apropriação do PDM pela comunidade, compartilhando a sua gestão com o Poder Público. Assim, o “ancoramento” o plano na comunidade reduzirá os conflitos da transição política da administração municipal. A participação da sociedade em todas as etapas de elaboração do Plano Diretor permite a definição de ações prioritárias calcadas na necessidade local e o conhecimento, por toda a população, dos projetos e programas que deverão ser implantados no município nos próximos 10 anos. A capacitação da população para mobilização e planejamento permite a formação de multiplicadores do plano e dá amparo técnico à população para exigir o cumprimento do PDM.

O Estatuto da Cidade ainda reafirma que o Plano Diretor deve constituir o instrumento legal orientador da política de desenvolvimento e expansão urbana, cabendo a ele garantir a função social da propriedade através da adoção de

PRODUTO 01: RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA 1ª FASE

políticas e instrumentos. Territorialmente, o Plano deve abranger a totalidade local: assim, deverá reconhecer todas as formas de ocupação e as funções urbanas, ainda que estas não estejam na área urbana legal.

Adicionalmente, cumpre destacar que a Política de Desenvolvimento Urbano do Paraná - PDU reafirma os preceitos federais e recomenda, inicialmente, a indução de um processo de planejamento para a Implementação de Planos Diretores para os municípios com mais de 20.000 habitantes, os pertencentes às regiões metropolitanas de Curitiba, Londrina e Maringá. Além disso, o Decreto Estadual nº 2581 (2004), em seu artigo 01, traz a seguinte redação:

Art. 1º O Estado do Paraná somente firmará convênios de financiamento de obras de infraestrutura e serviços com municípios que obedecerem aos seguintes requisitos:

- a) municípios que já possuam planos diretores aprovados pelas respectivas câmaras municipais; e
- b) aos municípios que executarem com recursos próprios ou financiarem prioritariamente planos diretores ou planos de zoneamento, em conformidade com o que estabelece o estatuto das cidades, para elaboração em até 180 (cento e oitenta) dias.

Com a revisão do PDM, o Município passa a ter acesso aos investimentos para a execução de obras e similares, com base na construção de um Plano de Ação e Investimento (Locais e Setoriais do Município) que é resultante da implantação do processo de planejamento local durante a execução dos Planos Diretores.

Pondera-se ainda que o Plano Diretor Municipal tem um objetivo amplo de interferir no processo de desenvolvimento local a partir de uma compreensão global dos fenômenos políticos, sociais, econômicos e territoriais que condicionam a evolução do município.

Sua elaboração, portanto, não se volta apenas para o processo de urbanização, mas busca também o progresso econômico e a melhoria da qualidade de vida da população municipal.

2. PREMISSAS DO PLANO DIRETOR

2.1 OBJETIVO GERAL

PRODUTO 01: RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA 1ª FASE

Em consonância com os requerimentos do Termo de Referência e em conformidade com o Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257/2001), o “Plano Diretor de Campo Magro tem como objetivos identificar as vocações, diferenciais, potencialidades, carências e dificuldades do município, propor ações orientadas para o desenvolvimento local e regional, compatibilização os condicionantes ambientais e as atividades antrópicas desenvolvidas em seu território, estabelecer a integração das atividades do município com a RMC, de forma a promover o crescimento sustentável e ordenamento territorial”.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Propor ou rever a regulação municipal e elaborar novos instrumentos legais;
2. Adaptar os instrumentos legais à Constituição Federal, Constituição Estadual e Lei Orgânica Municipal e outras pertinentes;
3. Discutir junto à administração municipal e à sociedade civil organizada os programas a serem implantados para o ordenamento do processo de desenvolvimento sustentável;
4. Definir o zoneamento de todo o território municipal visando ao desenvolvimento sustentado, levando-se em consideração os compartimentos ambientais protegidos por legislação federal e estadual;
5. Apresentar diretrizes e propostas para implantação e organização da infraestrutura e dos serviços públicos, desenvolvimento socioeconômico e institucional do Município de Campo Magro;
6. Propor os mecanismos e instrumentos que possibilitem a implantação pelo município de um sistema de atualização, acompanhamento, controle e avaliação constante do processo de planejamento.

3. AGENTES DO PLANO DIRETOR

O PDM deve envolver em suas etapas todos os agentes que interferem na realidade territorial, seja criando regras e fazendo a gestão do território como ocupando e se apropriando dos espaços municipais.

Destaca-se a importância da mobilização e capacitação destes atores como prioritária para a efetiva produção de um Plano Diretor Participativo, sendo necessária a composição dos grupos de representação municipal e comunitária por via legal antes do início das atividades de leitura da cidade (fase 2 - conforme item 4 deste relatório).

A organização, as atribuições e a forma de relacionamento entre os agentes públicos e privados são apresentados a seguir.

PRODUTO 01: RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA 1ª FASE

O Desenvolvimento de revisão do Plano Diretor Municipal está organizado por meio da participação de vários atores (grupos de trabalho e decisão). As instâncias são organizadas a partir da formação de grupos internos e externos à Prefeitura e representam diferentes interesses, afinidades técnicas ou políticas.

Desse modo, as instâncias de participação são formadas a partir da Prefeitura Municipal, conforme segue:

- Equipe Técnica Municipal (ETM);
- Conselho Municipal da Cidade (CMC); e
- Grupo de Acompanhamento (GA).

Estas instâncias possuem representantes do Poder Público, de segmentos organizados, de moradores distribuídos a partir do local de moradia na cidade (Bairros e Distritos). Além destes, a participação se faz aberta a outros atores, como o Ministério Público e Câmara de Vereadores, de forma a permitir a fiscalização sobre o andamento do Plano.

De seu turno a Coordenação Geral, formada pela Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Unicentro (FAU Unicentro) possui, dentre outras, as seguintes atribuições:

- ✓ Gestão Técnica e Política da revisão do Plano Diretor;
- ✓ Relatório do Plano de Trabalho.
- ✓ Acompanhar todas as etapas;
- ✓ Participar do processo coletivo;
- ✓ Mobilizar politicamente atores internos e externos à Prefeitura;
- ✓ Avaliar, monitorar, propor ações e sugerir mudanças em relação ao conteúdo técnico produzido.

A Equipe Técnica Municipal (ETM), formada por técnicos de diversas secretarias municipais possui as seguintes atribuições, entre outras:

- ✓ Fiscalizar o processo de elaboração do Plano Diretor Municipal;
- ✓ Disponibilizar informações e documentos;
- ✓ Contribuir para visão intersetorial da revisão do plano;
- ✓ Participar de reuniões técnicas e eventos coletivos;
- ✓ Mobilizar atores internos e externos;
- ✓ Acompanhar todas as etapas da revisão do plano;
- ✓ Avaliar, monitorar, propor ações e sugerir mudanças em relação ao conteúdo técnico produzido;
- ✓ Zelar pelo cumprimento do termo de referência.

A Equipe Técnica de Apoio, composta por técnicos de diversas secretarias municipais possui as seguintes atribuições, entre outras:

PRODUTO 01: RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA 1ª FASE

- ✓ Disponibilizar informações e documentos solicitados pela ETM e pela consultoria;
- ✓ Contribuir para visão intersetorial da revisão do Plano Diretor Municipal;
- ✓ Participar de reuniões técnicas e eventos participativos quando convocados;
- ✓ Mobilizar atores internos e externos;
- ✓ Avaliar, propor ações e sugerir mudanças em relação ao conteúdo técnico produzido sempre que entender necessário ou quando for solicitado;
- ✓ Acompanhar o processo de Revisão do Plano Diretor Municipal contribuindo com sugestões, críticas e correções quando julgarem pertinentes.

Com relação aos segmentos da sociedade civil, as instâncias são representadas pelo Conselho Municipal da Cidade (CMC), que tem como funções, dentre outros:

- ✓ Participar efetivamente de todas as reuniões de discussão da elaboração da revisão do Plano, sempre que houver convocação;
- ✓ Assegurar a publicidade quanto ao cronograma de atividades, aos documentos e informações produzidos;
- ✓ Acompanhar e qualificar as discussões referentes à elaboração da revisão do Plano Diretor;
- ✓ Mobilizar atores da sociedade civil para participar dos momentos participativos do Plano Diretor;
- ✓ Informar os segmentos da sociedade civil sobre as propostas de revisão;
- ✓ Construir pautas, propostas e apresentar as críticas oriundas da sociedade civil acerca do processo de revisão;
- ✓ Participar dos espaços coletivos;
- ✓ Avaliar, monitorar, propor ações e sugerir mudanças em relação ao conteúdo técnico produzido;
- ✓ Acompanhar e fiscalizar as atividades de elaboração da revisão do Plano Diretor; Fomentar no município a divulgação de eventos de importância significativa na elaboração da revisão do Plano;
- ✓ Cumprir as prerrogativas estabelecidas pelo Estatuto da Cidade no que diz respeito à participação democrática de representação da sociedade na elaboração do PDM.

Já o Grupo de Acompanhamento (GA) tem as seguintes funções, dentre outras:

- ✓ Participar efetivamente das reuniões de discussão da revisão sempre que houver convocação;
 - ✓ Assegurar a publicidade quanto ao cronograma de atividades, aos documentos e informações produzidos;
 - ✓ Acompanhar e qualificar as discussões referentes à revisão do Plano Diretor;
-

PRODUTO 01: RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA 1ª FASE

- ✓ Mobilizar atores da sociedade civil para participar dos momentos participativos do Plano Diretor;
- ✓ Informar os segmentos da sociedade civil sobre as propostas apresentadas;
- ✓ Construir pautas, propostas e apresentar as críticas oriundas da sociedade civil acerca do processo de revisão;
- ✓ Participar dos espaços coletivos;
- ✓ Cumprir as prerrogativas estabelecidas pelo Estatuto da Cidade no que diz respeito à participação democrática de representação da sociedade na elaboração do PDM.

4. PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES E METODOLOGIA

As atividades do Plano Diretor serão realizadas em 5 (cinco) fases durante um período de 330 dias, a contar de 03 de agosto 2021. As fases, seus objetivos, metodologias e produtos são apresentados a seguir em ordem cronológica.

4.1 FASE 1 – PLANO DE TRABALHO

4.1.2 OBJETIVOS

O Plano de Trabalho consiste no planejamento das atividades do Plano Diretor Municipal (PDM), com a definição e descrição detalhada das fases, equacionamento da metodologia, do cronograma e de produtos. Sua importância está em planejar a execução dos trabalhos de acordo com os objetivos propostos e as metas a serem alcançadas.

Sendo assim, já foram identificadas as atividades desenvolvidas com a Equipe Técnica da Prefeitura Municipal, Comissão de Acompanhamento e técnicos dos órgãos públicos, federais e estaduais envolvidos. Isso ocorreu preliminarmente em na metade de 2021.

4.1.3 ATIVIDADES

Articulação Institucional e Mobilização: o ponto de partida consistiu na abertura de um processo de envolvimento, com suporte legal, administrativo e financeiro, dos diversos interessados, agentes sociais e institucionais, públicos e privados, relacionados aos objetivos e atividades do PDM.

PRODUTO 01: RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA 1ª FASE

Na FASE 1, foram definidas as instituições a serem envolvidas na execução técnica do PDM, bem como a equipe multidisciplinar responsável pela execução das atividades e a geração do produto.

A **Consolidação das Atividades** incluiu a definição dos objetivos iniciais do PDM, que acabaram aprimorados em função das reuniões técnicas e audiências públicas, como a inaugural de 15 de setembro de 2021, no Salão da Capela Santa Luzia, com transmissão via web – link

<https://m.facebook.com/PrefeituraMunicipaldeCampoMagro/?>

locale2=pt_BR. Foram definidos os conteúdos temáticos, a programação do trabalho, a forma de comunicação entre os agentes participantes e o cronograma de trabalho, prevendo reuniões técnicas, entregas de produtos e audiências públicas.

1ª Audiência Pública do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado

A elaboração do PDM deve ser feita por meio de consulta pública e do envolvimento de segmentos sociais com abertura à participação de toda a comunidade em caráter permanente. Um dos instrumentos de participação que serão realizados será a Audiência Pública.

A 1ª Audiência Pública deu-se no dia 15 de setembro de 2021, conforme estabelecido em reunião específica com a Equipe técnica Municipal e seguiu todos os certames legais, abordando aspectos como:

- ✓ Explanação do que é o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado;
- ✓ Apresentação das etapas e formas de participação publicidade e comunicação;
- ✓ Levantamento preliminar das expectativas e prioridades estabelecidas pela comunidade;
- ✓ Apresentação da composição da Comissão de Acompanhamento do PDM.

Anexo ao presente relatório se encontram a ata da Audiência Pública, a lista de presença (pessoas e entidades), a apresentação em power point utilizada durante a audiência e o arquivo (mídia eletrônica) com inteiro teor da Audiência, em áudio e vídeo.

4.1.4 METODOLOGIA

Para a consecução destas atividades aconteceram reuniões de trabalho entre o Núcleo do Plano Diretor – ETM e os técnicos da Equipe Técnica de Consultoria,

PRODUTO 01: RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA 1ª FASE

sendo favorecida a participação de representantes de órgãos de Governo e entidades civis a fim de consolidar o Projeto.

4.1.5 PRODUTO

Aos 25 (vinte e cinco) dias a partir da ordem de serviço, diz o contrato celebrado com o Município, deveria ser entregue o Relatório do Plano de Trabalho contendo o detalhamento das atividades a serem executadas, metodologia de trabalho e cronograma de entregas. O presente documento dá conta dessa obrigação contratual.

4.2 FASE 2 - PERFIL DO MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO-PR

A pesquisa deverá ser iniciada com o levantamento de dados e avaliação do PDM já existentes, pesquisados especialmente por órgãos governamentais, como recenseamentos e pesquisas indiretas. A partir desse levantamento, será possível verificar a eventual necessidade de complementação de dados, através de pesquisas específicas. O conjunto de dados será reunido, para facilitar a avaliação, conforme os temas:

- ✓ Aspectos regionais;
- ✓ Aspectos ambientais;
- ✓ Aspectos sócio-econômicos/turísticos;
- ✓ Aspectos territoriais;
- ✓ Aspectos de infraestrutura e serviços públicos;
- ✓ Aspectos institucionais.

4.2.2 OBJETIVOS

A Fase 2 consiste no reconhecimento da realidade municipal - urbana e rural - mediante leitura sobre os aspectos regionais, institucionais, ambientais, territoriais, econômicos, sociais e de infraestrutura e serviços públicos. Além da capacitação do Conselho Municipal da Cidade (CMC) e Equipe Técnica Municipal (ETM) para mobilização da população.

4.2.3 ATIVIDADES

PRODUTO 01: RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA 1ª FASE

Na Fase 2 serão realizadas as atividades de levantamento de dados e informações; obtenção de cartografia e aerofotogrametria básica, espacialização de dados e informações nas escalas regional e municipal (urbana e rural), avaliando o que já foi implantado do PDM e das leis em vigor o que foi alterado ao longo dos últimos anos, o que deu certo e o que não foi aplicado.

➤ **Capacitação do CMC e da ETM**

Nesta etapa, será iniciada a capacitação do CMC e da ETM do Plano Diretor como objetivos de habilitá-los a discutir a revisão do plano diretor e o estatuto da cidade, a desenvolver métodos de mobilização da comunidade e acompanhar o processo de elaboração e implantação do Plano Diretor.

Objetivo da capacitação: Preparar os representantes da comunidade para que possam participar do Plano Diretor de forma mais atuante, envolvendo a comunidade local de forma ampla e atuante em todas as etapas do processo de trabalho.

Metodologia de trabalho:

- ✓ Apresentação expositiva do conteúdo do tema “Plano Diretor”: como mobilizar, como planejar as atividades, qual objetivo deste trabalho e qual o papel do CMC no processo;
- ✓ Oficina de trabalho com o objetivo de perceber o grau de compreensão dos participantes em relação ao tema abordado e realizar uma “reunião regionalizada piloto” para que o CMC possa conduzi-la em reuniões locais com a comunidade;
- ✓ Planejamento das atividades dos representantes junto as comunidades específicas;
- ✓ Abertura para sugestões dos participantes no processo de mobilização;
- ✓ Agenda de trabalho dos representantes com a comunidade: local, data, responsáveis pela organização.

➤ **Levantamento de Dados e Informações**

Esta atividade deverá proporcionar a construção do perfil de Campo Magro em relação à situação fundiária, aos serviços, à infraestrutura, à organização institucional, aos aspectos ambientais e sociais a partir informações disponíveis de caráter multiescalar, elaboradas ou atualizadas por diversas instituições federais, estaduais, secretarias municipais e, quando possível, por programas específicos.

Serão coletados, sistematizados e organizados os dados e informações abrangendo os setores públicos e privados nas esferas federal, estadual e municipal. Pretende-se buscar as informações e estudos já existentes como: mapeamento da região,

PRODUTO 01: RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA 1ª FASE

estudos ambientais na região, informações socioeconômicas, estudos territoriais e econômicos entre outros. Bem como levantar informações nas Secretarias da Prefeitura Municipal de Campo Magro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), Companhia Paranaense de Energia (COPEL), Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Curitiba (ASSOMECC), Comitê Gestor Pró-Metrópole Curitiba (PRÓ-METRÓPOLE), Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental (SUDERHSA), Instituto Água e Terra (IAT), Companhia de Saneamento do Paraná (SEMA), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado (EMATER), Companhia Nacional de Abastecimento do Paraná (SANEPAR), entre outras.

Complementarmente, será realizada a identificação e a avaliação preliminar das demandas dos principais agentes envolvidos, assim como as ameaças e oportunidades ambientais, sócio-econômicas, territoriais e de organização institucional associando-os aos conteúdos temáticos e à programação de trabalho.

4.2.4 PRODUTOS

Aos 90 (noventa) dias a partir da data da ordem de serviço, deverá ser entregue o documento contendo a o Perfil do Município de Campo Magro, que corresponde ao levantamento de dados e a configuração da situação atual e histórica dos temas ambientais, socioeconômicos/turísticos, territoriais, institucionais, de infraestrutura e serviços públicos nas escalas regional e municipal (urbana e rural).

4.3 FASE 3 - ANÁLISE TEMÁTICA

Com base nos dados quantitativos e qualitativos coletados na fase anterior, deverão ser avaliados os temas levantados e suas inter-relações. Sempre que possível, as informações deverão ser espacializadas em mapas, em escala adequada, apresentada em formato adequado e em meio digital.

Deverá ser elaborada a análise individualizada de cada informação, sua inter-relação e a inserção no contexto geral, permitindo uma visão ampla das ameaças e oportunidades locais.

4.3.2 OBJETIVOS

Realização da leitura técnica em parceria com a ETM e outras entidades dos governos estadual e federal, e a leitura comunitária, com o apoio da Equipe Técnica

PRODUTO 01: RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA 1ª FASE

de Consultoria. Nesta fase também serão realizadas reuniões técnicas temáticas e reuniões regionalizadas com a comunidade.

4.3.3 ATIVIDADES

➤ **Leitura Técnica**

A Leitura Técnica será feita por meio de reuniões técnicas (ver item 4.6) considerando todos os temas setoriais, além de análises espaciais georreferenciadas nas escalas regional e municipal (urbana e rural), identificando-se tendências, conflitos, ameaças e oportunidades, conforme metodologia apresentada no item a seguir (4.3.3).

Na leitura técnica, serão desenvolvidos o cenário atual e o tendencial do município, nos quais poderão ser discutidas, dentre outras questões: o uso do solo; a participação da comunidade no planejamento municipal; tendências dos impactos ambientais na qualidade de vida urbana; ofertas e demandas socioeconômicas e o acesso a equipamentos, infraestrutura e serviços.

➤ **Leitura Comunitária**

A Leitura Comunitária será realizada por meio de reuniões regionalizadas (ver item 4.6) com as comunidades urbana e rural, para a definição em consenso do cenário desejável e do cenário possível. Serão formados grupos a serem definidos em parceria com a ETM, GA e CMC de acordo com a compatibilidade das características de cada região.

As dinâmicas a serem adotadas devem dar preferência ao diálogo com a população, permitindo a interação da mesma com agentes técnicos e municipais e incentivando a participação direta no processo de planejamento territorial. Serão promovidas atividades para a mobilização da população, além de reuniões de trabalho com as comunidades locais e repasse das contribuições levantadas.

Visando potencializar o envolvimento de diferentes segmentos da população, está prevista a disponibilização de canais interativos on-line (especialmente por conta do cenário pandêmico em 2021) para a manifestação de idéias, críticas, sugestões e propostas relativas ao PDM.

➤ **2º Audiência Pública**

A compatibilização da leitura técnica e da leitura comunitária será realizada na 2ª Audiência Pública, evento amplamente divulgado e aberto que terá como objetivo a legitimação da leitura participativa da realidade. Estima-se que essa agenda ocorrerá em na segunda quinzena de outubro de 2021.

➤ **Temas mínimos a serem abordados**

PRODUTO 01: RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA 1ª FASE

Análise dos temas, a seguir os temas que serão abordados na etapa de análise.

a) Aspectos Territoriais

O objetivo deste estudo consiste em entender e avaliar a dinâmica de formação, ocupação e organização do uso do solo urbano e municipal, considerando a forma como os agentes sociais se manifestam no território. Essa análise reconstrói as tendências históricas de produção do espaço, perpassadas pelos estudos demográficos, sociais, econômicos, urbano-regionais e de infraestrutura, avaliando oportunidades e ameaças dentro de um contexto regional, municipal e urbano.

As questões relacionadas a este tema irão abordar as tendências de ocupação do território; a evolução urbana; o uso do solo urbanizado e rural; as demandas para o uso do solo atual e para os próximos 10 anos, identificando os principais entraves espaciais existentes; a organização do território municipal; as relações entre os espaços da cidade; a tipologia de uso e ocupação do solo nas áreas de expansão urbana e rural; a análise da tipologia habitacional e de sua demanda; a identificação das áreas de ocupação irregular e clandestina, avaliando seu impacto ambiental e urbanístico; a identificação de áreas enfatizando a relação da densidade construtiva e da densidade demográfica com a capacidade de suporte da infraestrutura urbana (áreas com infraestrutura ociosa e áreas ocupadas com precariedade de infraestrutura); as potencialidades e restrições da área central e revitalização do entorno; a organização das comunidades nos bairros e no município entre outros.

b) Aspectos Ambientais

Este produto vai auxiliar a interpretação sobre a situação atual quanto ao tema ambiental. Devem ser determinadas áreas para a manutenção da biodiversidade existente dentro das unidades, permitindo que os processos ecológicos e seus serviços ambientais mantenham a qualidade necessária para o desenvolvimento sustentável ao longo do tempo. Ainda, serão identificados quais são os fatores ecológicos limitantes à sustentabilidade de uso e integridade em cada unidade natural e quais os setores sociais produtivos ou, as interações e conflitos entre estes, que mais influenciam positiva ou negativamente sobre a integridade nas diferentes unidades naturais.

Alguns indicadores como extensão da área natural e antropizada; nível de conectividade e fragmentação; grau de ameaça; taxa de conversão de áreas naturais; número de espécies ameaçadas; perda de biodiversidade; erosão de solos; desperenização de córregos; diminuição na qualidade da água e do ar; unidades de conservação existentes; os diferentes tipos de cobertura vegetal, de solo, de relevo e hidrografia, podem auxiliar na avaliação das unidades naturais.

c) Aspectos de Infraestrutura e Serviços

PRODUTO 01: RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA 1ª FASE

A avaliação das ameaças e as oportunidades nas escalas regional e municipal (urbana e rural) dos aspectos de infraestrutura e serviços devem abordar os temas de saneamento ambiental (abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem, resíduos sólidos); sistema viário e transporte (terrestre e aeroviário), energia elétrica e iluminação pública e telecomunicações.

d) Aspectos Econômicos

Os estudos da área econômica contemplarão a avaliação das ameaças e as oportunidades nas escalas regional e municipal (urbana e rural) dos seguintes temas: capacidade de investimento do município, visando a priorização dos investimentos caracterizados como necessários para a efetivação dos objetivos, diretrizes e metas do Plano Diretor Municipal; Sistema de informações municipais disponíveis para a gestão do desenvolvimento local (dados do Cadastro Técnico Imobiliário e Econômico e demais bancos de dados municipais, identificando-os); capacidade de mobilização de recursos do município, sua evolução anual e projeção para os próximos 10 anos, considerando também possíveis fontes alternativas de recursos financeiros e possibilidade de realização de operações de crédito (capacidade de endividamento); turismo; ameaças e potencialidades para o desenvolvimento econômico local, entre outros necessários.

e) Aspectos Sociais

A espacialização e identificação de indicadores sociais básicos, notadamente aqueles relativos à renda, assistência social, cultura e esporte, segurança pública, recreação, educação e saúde da população; formas de participação nas decisões do município; organização das associações e entidades representativas da comunidade; interação entre os bairros, área urbana e rural; e relações entre espaço e comunidade, constituem um produto síntese da dimensão socioeconômica.

A análise dos indicadores sociais permite incorporar o estudo das desigualdades sociais com vistas a abordar, de forma mais direta, os limites e possibilidades das políticas públicas. As políticas sociais nesta área tornam relevante a construção de um quadro atualizado da distribuição geográfica das desigualdades e potencialidades sociais.

f) Organização Jurídico-Institucional

Os estudos devem levantar e avaliar os aspectos formais da legislação; os programas federais, estaduais e municipais pertinentes; a organização da administração pública, a dinâmica das forças atuantes da sociedade civil, a legislação vigente no município: Plano Diretor / Plano de Uso e Ocupação do Solo Urbano, Perímetro Urbano, Expansão Urbana, Parcelamento do Solo para fins Urbanos, Uso e Ocupação do Solo Urbano, Sistema Viário, Códigos de Obras e Posturas, Lei de Procedimentos Administrativos. O enfoque da análise deve ser a

adequação ou inadequação dos instrumentos de cada lei, em particular em relação a questões constitucionais, Lei Orgânica Municipal e demais leis federais, estaduais e municipais; questões físico-ambientais e adequação à realidade do uso e ocupação do solo existente.

g) Síntese da Situação Atual

A correlação dos produtos do diagnóstico dos aspectos territoriais, ambientais, sociais, econômicos, de infra-estrutura e institucionais apresentam a situação atual do território. Este diagnóstico apresenta o nível dos conflitos e os tipos de problemas existentes segundo as escalas regional e municipal (rural, insular e urbana), identificando as principais ameaças e oportunidades para que seja possível propor adequações e melhorias para minimizar ou afastar problemas e conflitos diagnosticados e utilizar, de forma racional, econômica e ecológica, as potencialidades de cada área.

h) Análise e Estruturação das Informações

Esta atividade é fundamental para planejar e viabilizar a montagem da base de informação do PDM. Neste momento, são realizados os levantamentos dos documentos secundários existentes em seus diferentes formatos, bem como a necessidade de aquisição de material e/ou atualização dos mesmos. A sistematização das informações permitirá definir a estrutura do banco de dados bem como fornecerá o acervo documental preexistente para alimentar a Base de Informação do PDM.

4.3.4 METODOLOGIA

Optou-se por metodologia participativa apoiada na Teoria de Sistemas, Metodologias de Ameaças e Oportunidades para o Desenvolvimento de Cenários Tendencial e Dirigido. Esta metodologia será demonstrada a seguir.

A Metodologia de Ameaças e Oportunidades trata de uma sistemática de organização dos dados levantados que possibilita uma análise individualizada e integrada dos elementos e a estruturação de estratégias de ação de acordo com temas e escalas. Esta técnica é um instrumento útil na inter-relação entre escalas, multissetores e agentes envolvidos, pois possibilita o planejamento e organização da leitura técnica do espaço de forma compreensível e de fácil visualização. Por meio deste método de análise é possível organizar e definir estratégias e ações específicas de forma sistêmica. A Metodologia de Ameaças e Oportunidades consiste em classificar os dados levantados nas seguintes categorias:

Ameaças - elementos que representam deficiências, limites e problemas que devem ser solucionados;

PRODUTO 01: RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA 1ª FASE

Oportunidades - elementos recursos ou vantagens que até então não foram aproveitados adequadamente e poderiam ser incorporados positivamente, sanando deficiências ou se desenvolvendo no sentido de melhorar seu estado atual.

Estas categorias serão identificadas e organizadas em matrizes de análise compostas por Escalas vs Temas. As escalas propostas para o PDM de Campo Magro são: regional e municipal (urbana e rural). Os temas indicados são: ambientais, sócio-econômicos/turísticos, territoriais, institucionais, de infraestrutura e serviços públicos.

A Técnica de Cenários é utilizada como complemento ao processo de planejamento estratégico. Através dela são criados cenários alternativos que possibilitam considerar as diversas possibilidades de futuro na formulação dos objetivos, das diretrizes e das estratégias da organização.

No Plano de Campo Magro serão traçados dois cenários tipos: o cenário atual, que caracteriza a situação presente e o cenário desejável, que corresponde ao futuro desejado e possível, estabelecido a partir de critérios de análise.

4.3.5 PRODUTOS

Aos 120 (cento e vinte) dias a partir da data da ordem de serviço, deverá ser entregue o documento contendo a análise do Município de Campo Magro, que corresponde a compatibilização da leitura comunitária e técnica sobre os temas: ambientais, socioeconômicos/turísticos, territoriais, institucionais, de infraestrutura e serviços públicos nas escalas regional e municipal (urbana e rural).

4.4 FASE 4 - DEFINIÇÃO DE DIRETRIZES E PROPOSTAS

Com base nas avaliações efetuadas, deverão ser elaboradas diretrizes e propostas para as ações ambientais, sócio-econômicas, sócio-espaciais e de infraestrutura e serviços públicos, contemplando intervenções para curto, médio e longo prazo. Ainda, poderá ser proposta uma adequação da estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de Campo Magro visando à implementação do Plano Diretor, a gestão do desenvolvimento municipal e a necessária atualização permanente.

4.4.2 OBJETIVOS

PRODUTO 01: RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA 1ª FASE

Nesta fase serão elaboradas as diretrizes e propostas para as ações institucionais, socioeconômicas, ambientais, físicos espaciais e de infraestrutura e serviços públicos. Será também realizada a 3ª Audiência Pública.

4.4.3 ATIVIDADES E METODOLOGIA

Serão realizadas reuniões técnicas e reuniões regionalizadas como proposto no item 4.6 e os resultados deste serão levados para definição de propostas prioritárias na 3ª audiência pública.

a) Diretrizes e Propostas

Desenvolvimento das diretrizes preliminares com base nas conclusões geradas pela Avaliação Temática Integrada. As propostas deverão abranger os temas avaliados na fase anterior e os temas priorizados pela administração municipal e pela comunidade em reuniões e audiências públicas. Destacam-se os seguintes:

Distribuição eqüitativa dos usos, atividades, infraestrutura social e urbana e densidades construtivas e demográficas;

Estruturação e a articulação de um sistema de transporte, que garanta o deslocamento de moradores;

Diretrizes para o meio ambiente, o saneamento básico e a proteção ao patrimônio natural, paisagístico, histórico, arqueológico e demais elementos que caracterizam a identidade do município;

Procedimentos e instrumentos a serem adotados nos projetos de parcelamento, (loteamentos, desmembramentos e remembramentos), edificações e consultas prévias, liberação de alvarás, laudo de conclusão de obras e “habite-se”;

Processos para a institucionalização e o funcionamento de mecanismos de gestão democrática;

Propostas para regulamentar e promover usos compatíveis com a sustentabilidade ecológica ecológica, social e econômica das diferentes unidades ambientais definidas na análise;

Estabelecer critérios e princípios que orientem o desenvolvimento, permitindo corrigir e superar desequilíbrios econômicos e ambientais, conservando os recursos naturais e elevando a qualidade de vida da população.

4.4.4 PRODUTOS

PRODUTO 01: RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA 1ª FASE

Aos 165 (cento e sessenta e cinco) dias a partir da ordem de serviço, deverá ser entregue o documento contendo a definição de Diretrizes e Proposições.

4.5 FASE 5 - ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETOS DE LEI

Após a consolidação das propostas e sua aprovação em audiência pública, serão elaboradas as minutas de projetos de Lei, as quais sempre serão acompanhadas de mapas em escala apropriada. Também será realizada a 4ª Audiência Pública para a apresentação final das propostas do PDM e esclarecimento do processo contínuo de planejamento.

4.5.2 OBJETIVOS

Nesta fase serão apresentadas as minutas de Anteprojeto de Lei do PDM e a organização do Sistema de Informação e Avaliação da Prefeitura Municipal de Campo Magro.

4.5.3 ATIVIDADES E METODOLOGIA

a) Anteprojetos de Lei Deverão ser elaborada minuta de anteprojeto de Lei das propostas do plano. Quando necessárias estas deverão estar acompanhadas de mapas em escala apropriada.

b) As minutas de Anteprojeto de Lei Abrangerão: Anteprojeto de Lei do Plano Diretor Municipal: serão estabelecidas as diretrizes e proposições de desenvolvimento municipal incluindo: macrozoneamento (Organização Espacial); planejamento e gestão do desenvolvimento municipal, definindo os instrumentos que auxiliarão o poder municipal na tarefa de planejar e gerenciar o desenvolvimento; sistema de acompanhamento e controle do plano e instrumentos do Estatuto da Cidade. Anteprojeto de Lei do Perímetro Urbano: delimita as áreas urbanas e de expansão urbana do município, onde o Município proverá os espaços de equipamentos e serviços, bem como exercer o seu poder de polícia e de tributação municipal. Acompanhada de mapa em escala apropriada.

Anteprojeto de Lei de Parcelamento do Solo Urbano: define os procedimentos relacionados com os loteamentos, desmembramentos e remembramentos de lotes urbanos e demais requisitos urbanísticos. Ressalte-se que a Lei de Parcelamento do Solo Urbano é uma regulamentação da Lei Federal nº 6.766/79, alterada pela Lei Federal nº 9.785/99.

PRODUTO 01: RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA 1ª FASE

Anteprojeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano: divide o território do município em zonas, define a distribuição da população neste espaço em função da infraestrutura existente e das condicionantes ambientais.

Anteprojeto de Lei do Sistema Viário: hierarquização e dimensionamento das vias públicas.

Anteprojeto de Lei do Código de Edificações e Obras: estabelece normas para a elaboração de projetos e execução de obras e instalações, em seus aspectos técnicos, estruturais e funcionais, realizados sobre o território municipal.

Anteprojeto de Lei do Código de Posturas: contém as medidas de polícia administrativa a cargo do Município em matéria de proteção paisagística e ambiental, higiene, ordem pública, funcionamento dos estabelecimentos comerciais e industriais, e atividades em logradouros públicos, instituindo as necessárias relações entre o poder público e os munícipes.

c) Planejamento Municipal

Adequação da estrutura organizacional da Prefeitura Municipal visando à implementação do Plano Diretor Municipal e gestão do desenvolvimento municipal e consequente atualização permanente.

Para a avaliação e monitoramento do desenvolvimento municipal, será promovida a organização de um sistema de informações, baseado em indicadores. Estes indicadores possibilitarão a avaliação anual do desempenho do processo de planejamento e gestão municipal ressaltando as metas definidas a serem alcançadas.

4.5.4 PRODUTOS

Aos 180 (cento e oitenta) dias a partir da data da assinatura do contrato, deverá ser entregue a versão final dos documentos relativos aos produtos mencionados.

4.6 PARTICIPAÇÃO

As audiências públicas têm por objetivo a mobilização da comunidade, a publicidade do PDM, a participação direta da comunidade no reconhecimento da realidade municipal, a consolidação das diretrizes e propostas do PDM, e, eventualmente, o acompanhamento do processo de discussão e aprovação pela Câmara Municipal. A realização de Audiências Públicas durante o processo de elaboração do PDM é uma exigência legal. Contudo, é importante que a metodologia das audiências não seja meramente de apresentação das propostas

PRODUTO 01: RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA 1ª FASE

por parte de um corpo técnico. Além de toda a comunidade de Campo Magro, é importante que participem também representantes da sociedade civil organizada (sindicatos, associações, institutos) e cidades vizinhas. Para assegurar a participação comunitária direta e a construção de cenários adequados à realidade de Campo Magro, está prevista uma ampla agenda de reuniões regionalizadas com a ETM e comunidade e reuniões técnicas com o CMC. As reuniões serão realizadas em todas as fases da elaboração do Plano. Além das reuniões técnicas e reuniões regionalizadas serão realizadas reuniões de apresentação de relatórios, nas quais serão discutidas as atividades já realizadas, ajustadas expectativas e revisado o cronograma.

4.6.1 AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Reitera-se aqui que as audiências públicas do Plano Diretor Participativo têm por finalidade informar, colher subsídios, debater, rever e analisar seu conteúdo, e devem seguir as seguintes recomendações do Estatuto da Cidade e Conselho Nacional das Cidades:

Ser convocada por edital, anunciada pela Imprensa local ou utilizar os meios de comunicação de massa ao alcance da população local como: a divulgação por panfletos, faixas, cartazes, outdoors;

Ocorrer em locais e horários acessíveis à maioria da população;

Serem dirigidas pelo Poder Público Municipal, que após a exposição de todo o conteúdo, abrirá as discussões aos presentes;

Garantir a presença de todos os cidadãos e cidadãs, independente de comprovação de residência ou qualquer outra condição, que assinarão lista de presença;

Serem gravadas e, ao final de cada uma, lavrada a respectiva ata, cujos conteúdos deverão ser pensados ao Projeto de Lei, compondo memorial do processo, inclusive na sua tramitação legislativa.

O Município de Campo Magro realizará, em local adequado e com divulgação prévia de no mínimo 15 dias, 4 (quatro) audiências públicas durante o processo de elaboração do Plano Diretor. As audiências serão organizadas pela Prefeitura Municipal, com total apoio da Equipe Técnica de Consultoria. As audiências deverão ser gravadas, registradas em atas e seus resultados amplamente divulgados.

A divulgação deverá ser realizada por: faixas, cartazes, panfletos, outdoors, carro de som, redes sociais, site da prefeitura, convites para as entidades atuantes no município (associações, organizações não governamentais, cooperativas, sindicatos entre outros).

PRODUTO 01: RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA 1ª FASE

Convidar a mídia local para acompanhamento e divulgação de todo o processo do plano diretor participativo. O registro das reuniões e audiências públicas, bem como os relatórios de todas as fases deverá estar disponível à população na “sala do plano diretor”. O local de realização das audiências deverá possuir: mesa na entrada do ambiente para as inscrições, cadeiras para os participantes, aparelhagem eletrônica necessária para a boa compreensão dos palestrantes e participantes, extensão elétrica, computador para a apresentação, data show. Caso seja possível: quadro branco e pincel atômico, mesa de água e café, papel e caneta para os participantes fazerem anotações, panfletos de divulgação do Plano Diretor. Considerando a situação que o país se encontra em relação a pandemia do COVID-19, as audiências poderão ocorrer no formato on-line, garantindo os mesmos preceitos das audiências presenciais.

4.6.2 REUNIÕES TÉCNICAS – ETM

As reuniões técnicas têm por objetivo a fiscalização, a discussão, o aprimoramento e o acompanhamento do PDM pelo os agentes públicos, especialmente aqueles que compõem a ETM, buscando ainda o início de um processo de interação destes agentes que conduzirão à política urbana municipal. As reuniões técnicas não serão, necessariamente, realizadas com toda a ETM. Poderão existir reuniões técnicas temáticas nas quais representantes de cada secretaria discutirão, fornecerão dados e informações, apresentarão demandas, propostas e sugestões dos temas de sua área individualmente.

As reuniões técnicas serão realizadas em todas as fases de acordo com a demanda apresentada. A convocação das mesmas poderá ser feita tanto pelos membros da ETM como pela Equipe Técnica de Consultoria, sem restrições quanto ao número de convites.

4.6.3 REUNIÕES REGIONALIZADAS CMC E COMUNIDADE

As reuniões regionalizadas serão realizadas com a comunidade e/ou o grupo de Acompanhamento (GA) do Plano Diretor – As Reuniões tem por objetivo a participação direta da comunidade na construção do PDM, agregando demandas e propostas locais. O enfoque metodológico das reuniões regionalizadas será voltado à “construção de consenso”, um método de tomada de decisões que não é limitado à votação a partir do direcionamento de um orientador, mas é um processo que exige que os participantes enxerguem os outros como iguais, mesmo discordando de suas idéias. Todas as pessoas podem argumentar e podem se manifestar quanto

PRODUTO 01: RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA 1ª FASE

às idéias do outro, mas apenas uma pessoa deve falar de cada vez. Ouvir também é participar ativamente nesta metodologia.

O consenso deve congrega, efetivamente, a contribuição de todos. Os participantes das reuniões serão divididos em grupos temáticos. Dentro do grupo, uma pessoa será o facilitador, que evitará a discussão negativa e encorajará o processo, além de ser encarregada de anotar os pontos consensuais, prestando atenção às discussões para anotar sempre que se alcançar um consenso. O Consenso Final será consolidado a partir dos pontos consensuais.

O interessante nesta metodologia é que ela obriga os participantes a ouvir as demandas alheias, e desta forma, supera a idéia de defender, através da participação popular, apenas os seus interesses individuais. Como o processo participativo ainda é incipiente no Brasil, as pessoas na maioria das vezes utilizam os meios de participação para expor suas demandas particulares, em prejuízo da construção comum de um pacto para melhorar as condições de todos.

Assim, é importante que, antes da dinâmica, os participantes sejam orientados a não pré-julgar as idéias dos outros, a se engajar no processo participativo e, principalmente, a escutar o que o outro tem a dizer. Após o consenso final, acrescenta-se mais um foco à discussão: a elaboração de um plano de ações para efetivar o que foi decidido.

Após as reuniões dos grupos, serão realizadas sessões de discussão entre todos os grupos temáticos, para lapidação das idéias e para a construção de um consenso da regional sobre todos os temas, que depois será levado à audiência pública.

As reuniões regionalizadas serão realizadas nas fases 3 e 4, antecedendo as audiências públicas. Serão organizadas em três grupos principais: área urbana, área rural e insular.

O objetivo desta etapa é ampliar a participação popular e promover o envolvimento de todos os moradores com a avaliação (fase 3) e a proposta (fase 4) do Plano Diretor. O objetivo maior desse trabalho é não apenas discutir os problemas, mas construir as possibilidades de solução junto com a comunidade e o poder público local, lembrando sempre que o nosso papel nesse processo é de envolver a população no projeto para que a mesma após a conclusão do documento mantenha uma comissão de acompanhamento do Plano Diretor em todas as etapas. Um aspecto importante a destacar é que a metodologia de trabalho não é rígida podendo sofrer alterações de acordo com o que cada grupo de comunidade com suas características específicas exigirem do plano de trabalho.

5. EQUIPE TÉCNICA

PRODUTO 01: RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA 1ª FASE

Apresenta-se a seguir a Equipe Técnica de Consultoria atualizada, de acordo com sua área de atuação e função na equipe.

Nº	NOME	FORMAÇÃO	FUNÇÃO
1	Jozélia Ribas	Engenheira Civil	Coordenação Geral do Trabalho
2	Cleverson Salache	Administrador	Setor Socioeconômico
3	Lírio Vivan Jr	Engenheiro Ambiental	Setor de Infraestrutura e Ambiental
4	Marcio Fernandes	Jornalista	Setor Institucional
5	Fábio Horst	Matemático	Setor Institucional
6	José Leão	Topógrafo	Setor de Infraestrutura e Ambiental

Adicionalmente, pontua-se, profissionais de outras áreas poderão ser contratados, quando pertinente, para a boa consecução do processo revisional

Campo Magro, 23 de setembro de 2021.

Cléverson Salache

Fábio Horst

José Leão

Jozélia Ribas

Lírio Vivan Jr

PRODUTO 01: RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA 1ª FASE

Marcio Fernandes

ANEXO 01 - APRESENTAÇÃO TÉCNICA DA PRIMEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA

PRODUTO 01: RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA 1ª FASE



Plano Diretor Municipal de Campo Magro

- 1ª Audiência Pública
- 15/09/2021

COORDENAÇÃO GERAL

A **COORDENAÇÃO GERAL** formada pela FAU e Prefeitura Municipal possui, dentre outras, as seguintes atribuições:

- Gestão Técnica e Política da revisão do Plano Diretor;
- Acompanhar todas as etapas;
- Participar do processo de elaboração;
- Mobilizar politicamente atores internos e externos à prefeitura;
- Avaliar, monitorar, propor ações e sugerir mudanças em relação ao conteúdo técnico produzido.

PAUTAS DA 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

- O que é o Plano Diretor Municipal;
- Apresentação das equipes e da Comissão e suas funções;
- Formações das Equipes de coordenação e Comissão, (CG, ETM, ETA, CMC e GA);
- Histórico e importância PDM;
- Abertura para debate e questionamento dos presentes;

EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL

A **EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL** formada por técnicos de diversas secretarias municipais possui as seguintes atribuições, entre outras:

- Fiscalizar o processo de elaboração do Plano Diretor Municipal e acompanhar todas as etapas da revisão do plano;
- Disponibilizar informações e documentos;
- Contribuir para visão intersetorial da revisão do plano;
- Participar de reuniões técnicas e eventos participativos;
- Mobilizar atores internos e externos;
- Participar de reuniões técnicas e eventos participativos;
- Avaliar, monitorar, propor ações e sugerir mudanças em relação ao conteúdo técnico produzido;
- Zelar pelo cumprimento do termo de referência.

O QUE É O PLANO DIRETOR?

➡ **CONJUNTO DE LEIS**

- Código de Obras
- Código de Posturas
- Zoneamento, uso e ocupação do solo
- Perímetro Urbano
- Sistema Viário

OBJETIVO: PLANEJAR E ORGANIZAR O DESENVOLVIMENTO URBANO

EQUIPE TÉCNICA DE APOIO

A **EQUIPE TÉCNICA DE APOIO** formada por técnicos de diversas secretarias municipais possui as seguintes atribuições, entre outras:

- Disponibilizar informações e documentos solicitados pela ETM e pela consultoria;
- Contribuir para visão intersetorial da revisão do Plano Diretor Municipal;
- Participar de reuniões técnicas e eventos participativos quando convocados;
- Avaliar, propor ações e sugerir mudanças em relação ao conteúdo técnico produzido sempre que entender necessário ou quando for solicitado;
- Acompanhar o processo de Revisão do Plano Diretor Municipal contribuindo com sugestões, críticas e correções quando julgarem pertinentes.

PRODUTO 01: RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA 1ª FASE

CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE

O **CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE**, que tem como funções, dentre outros:

- Participar efetivamente de todas as reuniões;
- Assegurar a publicidade quanto ao cronograma de atividades, aos documentos e informações produzidos;
- Acompanhar, avaliar, monitorar, propor ações e sugerir mudanças em relação ao conteúdo técnico produzido e fiscalizar as atividades desenvolvidas;
- Mobilizar atores da sociedade civil para participar do desenvolvimento do Plano Diretor;
- Informar os segmentos da sociedade civil sobre as propostas de revisão;

Histórico do PDM

O PDM também é o **Instrumento Orientador e Articulador** dos demais instrumentos que compõe o sistema de planejamento municipal, entre eles:

- Plano Plurianual-PPA;
- Lei de Diretrizes Orçamentárias-LDO;
- Lei do Orçamento Anual-LOA;
- Lei orgânica do Município-LOM;
- Planos Setoriais do Governo do Estado do Paraná;
- Plano de Desenvolvimento Regional em que o município se insere;
- Lei da Responsabilidade na Gestão Fiscal;
- Agenda 21 para o Estado do Paraná e a Agenda 21 Local,

GRUPO DE ACOMPANHAMENTO

Pelo **GRUPO DE ACOMPANHAMENTO** com as seguintes funções, dentre outros:

- Participar efetivamente das reuniões de discussão da revisão sempre que houver convocação;
- Assegurar a publicidade quanto ao cronograma de atividades, aos documentos e informações produzidos;
- Acompanhar e qualificar as discussões referentes à revisão do Plano Diretor;
- Mobilizar atores da sociedade civil para participar dos momentos participativos do Plano Diretor;
- Informar os segmentos da sociedade civil sobre as propostas apresentadas;
- Construir pautas, propostas e apresentar as críticas oriundas da sociedade civil acerca do processo de revisão;
- Participar dos espaços participativos;
- Cumprir as prerrogativas estabelecidas pelo Estatuto da Cidade no que diz respeito à participação democrática de representação da sociedade na elaboração do PDM.

Histórico do PDM

- A **Federação brasileira**: autonomia municipal, ou seja competência para legislar.
- A **Constituição Federal de 1988**: delinea os princípios da política urbana e ainda obriga as cidades com mais de 20 mil habitantes a elaborarem um *Plano Diretor Municipal - PDM*.
- A **Constituição do Estado do Paraná (1989)** a obrigatoriedade dos PDM para as cidades com mais de 20.000 (Vinte mil habitantes);
- O **Estatuto da Cidade**, lei Federal nº 10.257(2001):Torna obrigatório;
- **Decreto Estadual nº 2581** (2004): Estado do Paraná somente firmará convênios de financiamento de obras de infra-estrutura e serviços com municípios que já possuam ou executem com recursos próprios ou financiados a elaboração de seus Planos Diretores. E ainda que as obras devem estar previstas no PDM.

Histórico do Plano Diretor Municipal (PDM)

PDM de Campo Magro → Elaborado em 2012

Estatuto da Cidade → Possibilidade de participação da comunidade

Instrumento legal orientador da política de desenvolvimento e expansão urbana;

Garantir a função social da propriedade através da adoção de políticas e instrumentos;

Abranger a **totalidade do município**;

Interfere no processo de desenvolvimento dos aspectos **políticos, sociais, econômicos e territoriais**.

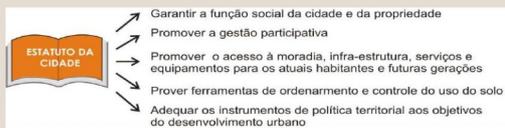
Sua elaboração, portanto, não se volta apenas para o processo de urbanização, mas busca também o **progresso econômico e a melhoria da qualidade de vida da população municipal**.

E como será o desenvolvimento do PDM ?

- **Plano Diretor Municipal - PDM**
- Por que planejar?
- O que queremos para CAMPO MAGRO?
- O Estatuto da Cidade
- Quem participa? Como participar?
- Etapas do Plano Diretor Municipal de CAMPO MAGRO.

PRODUTO 01: RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA 1ª FASE

O Estatuto da Cidade



Quem participa? Como participar?

- Será formado uma **Equipe Técnica Municipal** – Composta por técnicos da Prefeitura (Representantes de todas as secretarias e Vereadores) Nesta equipe, é de fundamental importância a presença de vereadores, pois após ser discutido pela população o **Plano Diretor deve ser aprovado pela Câmara Municipal**, Sancionado pelo Prefeito. Sendo formalizada a Lei e o compromisso entre sociedade e o governo.
- Será formado Conselho Municipal da Cidade - Representação Popular: Representantes de Ong's, Cooperativas, Associações, Entidades, etc

Quem participa? Como participar?

- O **Plano Diretor deve ser elaborado e implementado com a participação efetiva da população.**

- O processo deve ser conduzido pelo poder **Executivo** (Prefeitura), articulado com os representantes no poder **Legislativo** (Vereadores) e com a sociedade civil. É importante que todas as etapas do **Plano Diretor Municipal** sejam conduzidas, elaboradas e acompanhadas pelas equipes técnicas da Prefeitura Municipal e por moradores do município.



A participação da sociedade não deve estar limitada apenas à solenidade de apresentação do Plano Diretor, em Audiência Pública.

Quem participa? Como participar?

- Além destas comissões, serão realizadas **Audiências Públicas, Capacitação das Comissões e Reuniões Regionalizadas** para que as pessoas possam discutir as questões das suas comunidades.
- As questões de cada comunidade serão levadas às audiências públicas para apresentação a todas as outras regionais, para **definir em conjunto as prioridades do Município.**

Quem participa? Como participar?

Quem precisa participar?

- Poder Executivo Municipal;
- Câmara de Vereadores;
- Conselhos e associações municipais;
- Movimentos populares;
- Entidades empresariais;
- Sindicatos, Cooperativas e entidades de trabalhadores;
- ONG's atuantes no Município;
- Ministério Público.

Quais os problemas no município de CAMPO MAGRO?

Alguns Problemas do Município:

- Saúde;
- Educação;
- Esgoto Sanitário;
- Água Tratada;
- Baixa Renda da População;
- Destino da Coleta de resíduos Sólidos;

PRODUTO 01: RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA 1ª FASE

Plano Diretor Municipal

- O **Plano Diretor Municipal** serve para que cada cidadão repense na cidade onde vive e trabalha.
- Para reduzir as desigualdades sociais, redistribuir os riscos e os benefícios da urbanização, prevenir a degradação ambiental, melhorar a qualidade de vida e buscar o pleno desenvolvimento sustentável de suas potencialidades.



Por que Planejar?

- Se deixamos para resolver os problemas conforme eles surgem, ao contrário de preveni-los, as soluções quase sempre são mais caras e trabalhosas, e o resultado nunca é tão bom.

No Planejamento Municipal, é importante que seja prioridade de **TODOS**.



Por que Planejar?

- Diariamente, todos nós fazemos planos para o nosso futuro: planejamos nossas despesas, tomamos decisões pessoais e familiares.
- **Planejamos para não ter que improvisar.**



O que queremos para CAMPO MAGRO?

- Você quer CAMPO MAGRO melhor?
- Você gostaria que construíssem um prédio de 4 andares ao lado de sua casa? Ou uma indústria?
- Você sabe para onde vai o lixo que você produz?
- Vocês gostaria que a cidade tivesse mais áreas de lazer?

Por que Planejar?

- Ao planejarmos o Município, nós apresentamos soluções para os problemas atuais e futuros, **agimos preventivamente**. Com isso, evitamos o aumento da poluição, o crescimento de forma e localização irregular, desperdício de recursos públicos, etc.
- Ao planejar, identificamos os nossos objetivos, definimos o que queremos alcançar e onde pretendemos chegar.

O Estatuto da Cidade

- O **Estatuto da Cidade** é uma Lei Federal onde temos a oportunidade de construir e reconstruir espaços urbanos humanizados, integrando o ecossistema e respeitando a identidade e a diversidade cultural de município.

•Planejando o futuro da cidade, incorporando todos os setores sociais, políticos e econômicos.

Construindo um compromisso entre governo e cidadão.



PRODUTO 01: RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA 1ª FASE

DIAGRAMA DE RELACIONAMENTO



COORDENAÇÃO GERAL:

JOZÉLIA RIBAS (42)998001133
 CLEVERSON SALACHE (42)999235838
 MÁRCIO FERNANDES (42)988274518
 FÁBIO HORST (42)999080048
 LÍRIO VIVAN JUNIOR (42)999861819

ETAPAS DA ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR

1ª Fase: Mobilização e Estruturação da Revisão do Plano Diretor, Apresentação do Plano de Trabalho e do Cronograma.

2ª Fase: Análise Temática Integrada

3ª Fase: Diretrizes e Propostas

4ª Fase: Plano de Ações e Investimentos; Legislação Urbanística e Estrutura de Gestão

CRONOGRAMA PLANO DIRETOR

	MES 01	MES 02	MES 03	MES 04	MES 05	MES 06	MES 07	MES 08	MES 09	MES 10	MES 11
Nome da tarefa	Duração										
1ª Fase - Mobilização e estruturação para Revisão do PDM, Plano de trabalho e Cronograma Risco	45 dias										
2ª Fase - Análise Temática Integrada - Parte 1	45 dias										
2ª Fase - Análise Temática Integrada - Parte 2	45 dias										
2ª Fase - Análise Temática Integrada - Parte 3	45 dias										
3ª Fase - Diretrizes e Propostas para o PDM	90 dias										
4ª Fase - Plano de Ações e Investimentos PDM e Institucionalização do PDM	90 dias										

PRODUTO 01: RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA 1ª FASE

ANEXO 02 – FOTOS DA PRIMEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA



PRODUTO 01: RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA 1ª FASE



PRODUTO 01: RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA 1ª FASE



PRODUTO 01: RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA 1ª FASE

ANEXO 03 – MATERIAIS DIVULGAÇÃO PRIMEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Notícia:

[Revisão do Plano Diretor - Prefeitura de Campo Magro](#)

[1º Audiência Pública de revisão do Plano Diretor do Município - Prefeitura de Campo Magro](#)

Frontpage do hotsite do processo revisional:

The screenshot shows the website campomagro.pr.gov.br. The header includes navigation links for 'Início', 'Prefeitura', 'Secretarias', 'Educação', and 'Notícias'. The main banner features the city's coat of arms and the text 'Prefeitura Municipal de Campo Magro'. A search bar is present with the placeholder 'Digite aqui o que procura...' and a 'Buscar' button. On the left, there is a vertical menu with icons for 'Covid-19', 'Cidadão Web', 'Solicitação de Informações', 'Servidor Público', 'Nota Fiscal Eletrônica', and 'Livro Eletrônico'. The main content area is dominated by a large banner for the 'FUTURO de CAMPO MAGRO' project, specifically the 'REVISÃO DO PLANO DIRETOR'. The banner includes a woman pointing to a map of the city, the date '15 de Setembro' at '19h00', and the location 'Será realizado na Capela Santa Luzia, Rua Cravo, 90 - JD Boa Vista 2'. The logo of the 'CAMPOMAGRO' municipality is also visible.

Posts sobre a audiência pública:

The image displays two Facebook posts from the 'Prefeitura Municipal de Campo Magro' page. Both posts have 13,000 likes and are categorized as 'Organização governamental'.
The first post, dated 'Ontem' (yesterday), announces the public hearing: '...de Campo Magro! A Revisão do Plano Diretor irá acontecer no dia 15/09 às 19hrs na Capela Santa Luzia Rua Cravo nº 90 no bairro Jardim Boa Vista. Esperamos vocês! Quer saber mais sobre o plano diretor acesse <https://www.campomagro.pr.gov.br/plano-diretor-2021-2/> #campomagro...'. It has 9 reactions and 20 shares.
The second post, dated '30 de ago', states: '...a 1º Audiência pública de revisão do plano diretor do município que será transmitida pelo Facebook da Prefeitura. Quer saber mais sobre o plano diretor? Clica no Link abaixo <https://www.campomagro.pr.gov.br/plano-diretor-2021-contato/> Aqui você também pode e deve deixar sua sugestão e assim contribuir para...'. It has 18 reactions and 31 shares.
Both posts include a thumbnail image of the 'FUTURO de CAMPO MAGRO' banner.

PRODUTO 01: RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA 1ª FASE

Hotsite do processo revisional do Plano Diretor:

[Plano Diretor 2021- Contato - Prefeitura de Campo Magro](#)

ANEXO 04 – LISTA DE PRESENÇA DA PRIMEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA
